



PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DO CNMP

RESOLUÇÃO N° 243, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021 (política institucional de proteção integral e de promoção de direitos e apoio às vítimas)

RESOLUÇÃO N° 232, DE 16 DE JUNHO DE 2021 (trata do uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços ministeriais pelas partes, procuradores, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, em todos os seus ramos)

RESOLUÇÃO N° 230, DE 8 DE JUNHO DE 2021 (Disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais)

RESOLUÇÃO N° 228, DE 8 DE JUNHO DE 2021 (Disciplina atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência acolhidas em Residências Inclusivas)

RESOLUÇÃO N° 221, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020. (Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na audiência de custódia, incorpora as providências de investigação referentes ao Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e dá outras providências)

RESOLUÇÃO N° 205, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019. (Dispõe sobre a Política Nacional de Atendimento ao Público no âmbito do Ministério Público e dá outras providências)

RESOLUÇÃO N° 204, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019. (Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações, pelos membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto)

RESOLUÇÃO N° 201, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019. (Altera as Resoluções n° 129/2015 e n° 181/2017, ambas do CNMP, com o objetivo de adequá-las às disposições do Direito Internacional dos Direitos Humanos, especialmente à decisão do caso Favela Nova Brasília vs. Brasil)

RESOLUÇÃO N° 199, DE 10 DE MAIO DE 2019. (Institui e regulamenta o uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para comunicação de atos processuais no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro)

RESOLUÇÃO N° 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017. (Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal – PIC – a cargo do Ministério Público)

RESOLUÇÃO N° 179, DE 26 DE JULHO DE 2017. (Regulamenta o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta)

RESOLUÇÃO N° 174, DE 4 DE JULHO DE 2017. (Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo)

RESOLUÇÃO N° 170, DE 13 DE JUNHO DE 2017. (Dispõe sobre a reserva aos negros do mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, bem como de ingresso na carreira de membros dos órgãos enumerados no art. 128, incisos I e II, da Constituição Federal)

RESOLUÇÃO N° 164, DE 28 DE MARÇO DE 2017. (Disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro)

RESOLUÇÃO N° 156, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016. (Institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público, e dá outras providências)

RESOLUÇÃO N° 154, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016. (Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências)

RESOLUÇÃO N° 150, DE 9 DE AGOSTO DE 2016. (Dispõe sobre criação de Núcleo de Solução Alternativa de Conflitos e dá outras providências)

RESOLUÇÃO N° 129, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015. (Estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial.

RESOLUÇÃO N° 118, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2014. (Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências)

RESOLUÇÃO N° 93, DE 14 DE MARÇO DE 2013. (Dispõe sobre a atuação do Ministério Público nos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas)

RESOLUÇÃO N° 88, DE 28 DE AGOSTO 2012. (Dispõe sobre o atendimento ao público e aos advogados por parte dos membros do Ministério Público)

RESOLUÇÃO N° 82, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012. (Dispõe sobre as audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados)

RESOLUÇÃO N° 71, DE 15 DE JUNHO DE 2011. (Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências)

RESOLUÇÃO N° 67, DE 16 DE MARÇO DE 2011. (Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas)

RESOLUÇÃO N° 56, DE 22 DE JUNHO DE 2010. (Dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público)

RESOLUÇÃO N° 23, DE 17 SETEMBRO DE 2007. (Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil)

RESOLUÇÃO N° 20, DE 28 DE MAIO DE 2007. (Regulamenta o art. 9º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e o art. 80 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, disciplinando, no

âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial)

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DO CNMP

RECOMENDAÇÃO Nº 87, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021 Dispõe sobre a necessidade de se conferir absoluta prioridade à apreciação das hipóteses de descumprimento de medidas protetivas de urgência e à atuação em rede, entre o Ministério Público e os órgãos integrantes da Segurança Pública, para proporcionar maior efetividade a estas medidas.

RECOMENDAÇÃO Nº 86, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021 Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público brasileiro a adoção de medidas estruturantes para a melhoria das condições ambientais e de acesso ao trabalho no âmbito do Sistema Prisional.

RECOMENDAÇÃO Nº 85, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021 Dispõe sobre o fomento à fiscalização, pelo Ministério Público, dos parâmetros de acolhimento das pessoas LGBTI+ privadas de liberdade em estabelecimentos penais.

RECOMENDAÇÃO Nº 80, DE 24 DE MARÇO DE 2021 (Dispõe sobre a necessidade de aprimoramento da atuação do Ministério Público no enfrentamento da violência de gênero e da violência institucional e dá outras providências)

RECOMENDAÇÃO Nº 69, DE 7 DE MAIO DE 2019. (Dispõe sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, dos artigos 126 a 129 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), para que também fomentem ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade e dá outras providências)

RECOMENDAÇÃO Nº 67, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018. (Dispõe sobre a necessidade de conferir prioridade para ações de prevenção e combate da obesidade infantil e promoção da alimentação saudável e do aleitamento materno)

RECOMENDAÇÃO Nº 65, DE 25 DE JUNHO DE 2018 (Dispõe sobre a necessidade de integração da atuação do Ministério Público para a proteção dos recursos hídricos)

RECOMENDAÇÃO Nº 63, DE 26 DE JANEIRO DE 2018. (Dispõe sobre a necessidade de especialização de órgãos do Ministério Público para a atuação nos conflitos coletivos agrários e fundiários)

RECOMENDAÇÃO Nº 62, DE 7 DE AGOSTO DE 2017. (Dispõe sobre a necessidade do membro do Ministério Público com atribuições afetas às execuções criminais, ao controle externo da atividade policial e à execução de medidas socioeducativas, comparecer, quando da ocorrência de rebeliões, aos estabelecimentos de custódia de pessoas privadas de liberdade, ressalvada a presença de risco a sua segurança pessoal)

RECOMENDAÇÃO Nº 61, DE 25 DE JULHO DE 2017. Recomenda às unidades e aos ramos do Ministério Público brasileiro a realização de encontros com os movimentos sociais.

RECOMENDAÇÃO Nº 60, DE 5 DE JULHO DE 2017. (Dispõe sobre a obrigatoriedade e a uniformização das inspeções em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua pelos membros do Ministério Público)

RECOMENDAÇÃO Nº 54, DE 28 DE MARÇO DE 2017. (Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro)

RECOMENDAÇÃO Nº 53, DE 28 DE MARÇO DE 2017. (Recomenda a garantia do acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Ministério Público brasileiro)

RECOMENDAÇÃO Nº 48, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016. (Sugere parâmetros para a atuação do Ministério Público no controle do dever de gasto mínimo em saúde)

RECOMENDAÇÃO Nº 44, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016. (Dispõe sobre a atuação do Ministério Público no controle do dever de gasto mínimo em educação)

RECOMENDAÇÃO Nº 42, DE 23 DE AGOSTO DE 2016. (Recomenda a criação de estruturas especializadas no Ministério Público para a otimização do enfrentamento à corrupção, com atribuição cível e criminal)

RECOMENDAÇÃO Nº 41, DE 9 DE AGOSTO DE 2016. (Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a correta implementação da política de cotas étnico-raciais em vestibulares e concursos públicos)

RECOMENDAÇÃO Nº 33, DE 5 DE ABRIL DE 2016. (Dispõe sobre diretrizes para a implantação e estruturação das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude no âmbito do Ministério Público)

RECOMENDAÇÃO Nº 31, DE 27 DE JANEIRO DE 2016. (Dispõe sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, das normas – princípios e regras – do chamado Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e, bem assim, do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crimes de tortura e dá outras providências)

RECOMENDAÇÃO Nº 26, DE 28 DE JANEIRO DE 2015. (Dispõe sobre a uniformização da atuação do Ministério Público no processo de elaboração e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, conforme disposto nas Leis Federais nºs 8.069/1990 e 12.594/2012)

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DO MPSP

RESOLUÇÃO Nº 1.380/2021-CPJ, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021 (Regulamenta as regras de transição e aspectos do acordo de não persecução cível em face do advento da Lei Federal nº 14.230/21, modifica a Resolução nº 1.193/20-CPJ e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 1.364/2021-PGJ-CPJ, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021. (Regulamenta, na área criminal, o PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, nos termos da Resolução nº 181/17 do CNMP e dos arts. 26, I, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e art. 104, I, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, e dá providências correlatas)

RESOLUÇÃO Nº 1.351/2021-PGJ-CPJ-CGMP, DE 06 DE AGOSTO DE 2021. (Altera a Resolução nº 619/2009PGJ/CPJ/CGMP, de 2 de dezembro de 2009, que disciplina o atendimento ao público e o procedimento administrativo de apuração a lesão ou ameaça de lesão a direito individual e dá outras providências)

RESOLUÇÃO nº 619/2009 - PGJ/CPJ/CGMP, de 02/12/2009 (Disciplina o atendimento ao público e o procedimento administrativo de apuração a lesão ou ameaça de lesão a direito individual e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 1.342/2021-CPJ, DE 1º DE JULHO DE 2021 (Disciplina a notícia de fato, o inquérito civil, o procedimento preparatório, a expedição de recomendações, a realização de audiência pública, a celebração de compromissos de ajustamento de conduta e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 1.341/2021-CPJ, DE 29 DE JUNHO DE 2021 (Altera a Resolução nº 1.193/2020-CPJ, de 11 de março de 2020, que disciplina o acordo de não persecução cível no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, regulamentando o disposto no § 1º do artigo 17, da Lei nº 8.429/92 e no § 2º, do art. 7º, da Resolução nº 179/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público)

RESOLUÇÃO Nº 1.193/2020-CPJ, DE 11 DE MARÇO DE 2020 (Disciplina o acordo de não persecução cível no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, regulamentando o disposto no 17, § 1º, da Lei nº 8.429/92 e no art. 7º, § 2º da Resolução nº 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público)

<https://www.mpsp.mp.br/pt/resolucoes-colegio-de-procuradores>